

Deputado pode perder mandato

JULIO ALCANTARA

1988.10.10

Perda de mandato, expulsão do PMDB, instauração de inquérito policial, sindicância. Por enquanto estas são as propostas que surgiram entre os parlamentares para a punição do deputado Gustavo de Faria, apontado como autor de uma operação de 10 milhões de dólares que leu os cofres do Instituto de Previdência dos Congressistas.

Pelo menos 400 deputados e senadores querem que as irregularidades do caso sejam apuradas por uma Comissão Especial de Inquérito, pois assinaram proposta da deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB/SP). Em geral, os membros das duas casas são favoráveis à perda do mandato pelo deputado, medida prevista no Regimento Interno e na Constituição.

A Mesa diretora da Câmara se reuniu no final da tarde de ontem e decidiu propor à deputada Dirce que os trabalhos da Comissão sejam abreviados. Conforme explicou o vice-presidente Inocêncio Oliveira (PFL/PE), a instalação do organismo dependeria muito tempo. A proposta da Mesa é submeter ao plenário a possibilidade da perda do mandato, com base nas normas regimentais, dependendo dos resultados das apurações que estão sendo efetuadas pelo IPC. Só depois de um parecer do Instituto, que trabalha ainda sobre a auditoria que está sendo realizada pela Câmara, os deputados vão poder decidir o destino de Faria, tendo por base os dispositivos sobre o decore

parlamentar.

EXPULSÃO

Ontem, ainda, o deputado Fernando Gasparian (PMDB/SP) solicitou que a Executiva nacional do partido consulte o Conselho de Ética da agremiação no sentido de providenciar a expulsão de Faria dos quadros partidários, "por sua administração ruinosa e criminosa no IPC". Justificou.

Ele solicitou ainda, ao presidente da Câmara, a instauração de inquérito policial para apuração do caso. Na reunião de ontem os membros da Mesa concluíram que compete somente ao IPC, como parte lesada, instaurar inquérito policial. "A Câmara só pode propor a perda do mandato", explicou Inocêncio, lembrando que o acusado terá amplo direito de defesa.

Em uma nervosa reunião com o Conselho Deliberativo do IPC, Gustavo de Faria denunciou que "uma campanha, que tem como mentor intelectual o governador Moreira Franco, do Rio de Janeiro, é a responsável pela situação injusta, antijurídica e absurda em que me encontro".

O depoimento do ex-presidente do IPC durou mais de duas horas e não convenceu o atual presidente do órgão, senador Rui Bacelar (PMDB-BA). Ele pretendia questionar ontem mesmo o deputado a respeito do caso, mas foi impedido por uma decisão do conselho, que adiou para a próxima quarta-feira uma discussão entre a atual e antiga diretoria do IPC.